

As dimensões do Património: A Ermida do Bom Jesus de Tralhariz

*Ricardo Santos Oliveira*¹

Este pequeno texto sobre a Ermida do Bom Jesus de Tralhariz não corresponde à visão do historiador da arte mas à do arquitecto. E do arquitecto enquanto coordenador de equipa, da qual efectivamente o historiador faz parte. Este texto procura estabelecer de forma simples e talvez mesmo sumária como, no contexto da recuperação de uma quinta do Douro para Turismo de Habitação, os diversos intervenientes, individuais ou colectivos, se relacionam com o Património, neste caso, com o Património que é a Ermida do Bom Jesus de Tralhariz.



A Ermida do Bom Jesus de Tralhariz é uma pequena capela privada de meados do século XVIII, situada no alto do monte de Tralhariz onde se localiza, a cerca de 100 metros de altitude mais abaixo, a aldeia do mesmo nome. É um daqueles lugares ermos de Trás-os-Montes, em que o esforço de lá chegar é compensado pela panorâmica ímpar da foz do Tua e do Douro Internacional.

Cruzei-me pela primeira vez com a capela no final dos anos oitenta, inadvertidamente, fazendo férias em Ribalonga, a alguns quilómetros de distância, quando decidi trepar as escarpas para melhor apreciar a vista.

Dezasseis anos depois, e a propósito de um projecto de Turismo de Habitação, encontrei novamente a capela, agora em novas mãos e já não rodeada de rochas e penedos mas totalmente oculta por uma mata de pinheiros mansos e ainda mais esquecida pela população. A porta encontrava-se caída, os frescos que revestiam o seu interior tinham-se deteriorado com as infiltrações da

¹ Arquitecto.

cobertura, o antigo caminho processional perdido por entre a folhagem das mimosas.

Mas lá no alto, ainda restava o suficiente para que pudesse agora fazer algo.

Um historiador talvez vos falasse do interesse pictórico da capela, ou da sua cobertura em pedra ou ainda em como um local de culto popular possuiu uma edificação privada. Mas enquanto arquitecto e coordenador de equipa, parece-me neste momento mais interessante analisar as diversas dimensões que esta ermida assume na relação com os actores do projecto.

Casal de Tralhariz, Turismo de Habitação

O Casal de Tralhariz é uma pequena propriedade com cerca de 1,6ha que será reabilitada durante o ano de 2005 para Turismo de Habitação. Anexo a essa propriedade encontram-se alguns hectares de vinha e mais de 5ha de mata de pinheiro manso. A mata compreende a maior parte do cabeço do Monte de Tralhariz e no vértice dum seu festo, projectada a sul, situa-se a Ermida do Bom Jesus de Tralhariz.

Trata-se de uma propriedade que desde o século XVIII se encontra nas mãos de algumas das mais importantes famílias da região. O edifício principal é actualmente o resultado da união de diversas casas mais antigas, e foi a casa agrícola mais importante de Tralhariz durante três séculos, sendo mesmo no século XX uma das mais importantes do concelho de Carrazeda. A ela esteve associada uma das maiores fortunas do concelho, pertencendo a um conjunto de casas nobres das famílias dos Sampaio e dos Morais. Foi ainda residência de dois governadores de Moçambique, ainda que de distintas famílias e em diferentes épocas, guardando ainda hoje parte do espólio bibliotecário do último. A Capela do Bom Jesus é um exemplar de calvário com pintura mural rococó produto da iniciativa particular de um clérigo e de um homem, o Dr. António Fernandes de Lima. Os frescos, que cobrem a totalidade do interior, encontram-se em mau estado, mas recuperáveis.

“O facto de a casa e a capela estarem actualmente numa só propriedade, contígua, potencia uma recuperação conjunta, de modo a salvaguardar e tornar útil um património singular, uma vez que a história destes edifícios é irrepetível em outro local. Aliás, ambos são claramente típicos da região duriense e representam, de forma evidente, o salto económico que a re-

gião de Ansiães em particular deu devido ao fenómeno do Vinho do Porto. ²

O conjunto de casa e capela, bem como grande parte da propriedade florestal envolvente, serão reabilitados para a actividade de Turismo de Habitação, uma modalidade de Turismo no Espaço Rural, sendo que o Instituto de Turismo de Portugal divide o alojamento turístico em 4 formas: os empreendimentos turísticos, o turismo no espaço rural, o turismo de natureza e outros serviços de hospedagem. O Turismo no Espaço Rural (TER) compreende: o turismo de habitação, o turismo rural, o agro-turismo, as casas de campo, o turismo de aldeia, os hotéis rurais e os parques de campismo rural.

A aprovação dos projectos de TER compete às Câmaras Municipais com parecer da Direcção Regional de Economia territorialmente competente, sendo que a licença de utilização é emitida pela Câmara Municipal após vistoria da unidade por esta e pela Direcção Regional da Economia.

No âmbito do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, são aplicáveis a projectos de investimento turístico os seguintes instrumentos de apoio: SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, o SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica, bem como o PITER – Projecto Integrado Turístico Estruturante de Base Regional. Devido às características do projecto, foi seleccionado o SIVETUR como o sistema para obtenção de apoios e incentivos ao investimento em causa, consagrado pela Portaria 1214-B/2000 de 27 de Dezembro.

O SIVETUR, entre outras exigências, obriga a que os edifícios de Turismo de Habitação sejam Património Classificado, a menos que se tratem de casas de campo ou turismo de aldeia. Obriga ainda a que o investimento tenha um patamar mínimo de 150.000,00€ para PME e comporta uma comparticipação mista de capital não reembolsável, vulgo fundo perdido, e reembolsável sem juros, por um período de 8 anos com 3 anos de carência.

O Turismo no Espaço Rural, na modalidade de Turismo de Habitação, encontra-se consagrado na legislação no Decreto Regulamentar n.º 13/2002 de 12 de Março, sendo hoje em dia uma das actividades económicas mais atractivas pelo facto de ter custos de exploração bastante reduzidos. Mas, os apoios financeiros são fundamentais na alavancagem do negócio. Os critérios pelos quais os fundos são atribuídos são: O promotor ser um agente económico legalmente constituído e o projecto de investimento ser declarado de “interesse para o turismo”.

2A Casa de Tralhariz e a Capela do Bom Jesus, Ana Margarida Portela e Francisco Queiroz, não publicado.

A classificação do Casal de Tralhariz como Imóvel de Interesse Municipal reveste-se pois de capital importância para o processo de candidatura a fundos na medida em que a atribuição da declaração de interesse para o turismo depende directamente desta. A ermida foi pois uma peça a valorizar desde as primeiras fases de projecto por forma a garantir que os desejados e fundamentais fundos fossem obtidos.

Os actores do projecto e as dimensões do património

Um projecto de construção civil normalmente possuiu sete grupos de actores: O autor do projecto, o cliente; a organização que realiza a maior parte do trabalho; a equipa de projecto; os patrocinadores do projecto; as entidades reguladoras e o público em geral.

A capela representa no contexto do projecto valores diferentes para cada uma das partes. Esses valores representam as diferentes dimensões que o património assume hoje, no âmbito das intervenções turísticas.

Para o cliente a capela representa um conjunto de oportunidades. Inicialmente pode ser um factor decisivo no processo obrigatório de classificação. A denominação património tem para o cliente um valor inicial literal e definido legalmente e é a chave para a obtenção dos necessários fundos. Após o processo de classificação, a capela representa as oportunidades de mercado associadas ao turismo cultural, bem como o prestígio que é associado a uma intervenção de restauro competente.

Para o Dr. Pedro Coelho, o actual proprietário, e para os seus pais, a capela é igualmente uma oportunidade: a de reabrir à população e ao culto um calvário que se encontra dessacralizado quase à um século. É a sua forma de contribuírem para o concelho e para a região, não só enquanto homens de negócio, mas enquanto homens de cultura.

Para a Câmara Municipal é o início de um processo de valorização do seu património. Ao classificarem a capela, o percurso e a casa assumem responsabilidades para com o futuro do património. Património que agora é seu. Isso implica entender o papel do turismo na região como factor de desenvolvimento local, mas também o assumir de outras riquezas e de outros valores que durante demasiado tempo estiveram esquecidos. Desejavelmente, este que é o primeiro processo de classificação do executivo será o primeiro de vários, ou mesmo de muitos.

Para algumas entidades cujo papel se resume a uma intervenção técnica especializada, a capela não representa valor algum. Se assim fosse, as linhas de

média tensão e a iluminação pública da zona teriam outros impactos e outros cuidados.

Para o IPPAR a capela foi uma surpresa pois desconheciam a sua existência. Está prevista uma visita ao local com alguns responsáveis dessa instituição. É naturalmente a instituição que mais pode contribuir de forma directa, à excepção óbvia do cliente, para a valorização do imóvel.

A população de Tralhariz está agradecida pela doação de uso reposta pelos actuais proprietários. Apesar de já não haver memória do culto, o valor da fé é um pilar estrutural da sociedade e o degradar do património que personifica a fé de uma população é sempre uma perda irreparável.

Para a equipa de projecto, a capela é o símbolo do nosso trabalho e esforço. A sua recuperação será a recompensa pelos muitos meses de estudo e projecto. A equipa é o local onde os diversos conhecimentos e dimensões se encontram e ganham forma. A capela é o edifício que melhor representa essa actividade pois a sua singeleza carrega mais significado que qualquer outra intervenção.

Para os futuros clientes do Casal de Tralhariz e para todos os outros visitantes a capela representa tudo o que é possível representar, na medida em que o património transporta as memórias do seu próprio percurso para quem as souber interpretar, mas também as nossas, enquanto usufrutuários. O património possui uma miríade de dimensões, tantas quantas as pessoas que com ele interajam. Protege-lo e valoriza-lo é a nossa responsabilidade, independentemente do papel ou papeis que desempenhemos.

Pena é que hoje, muitas das classificações que se fazem do Património sejam resultado directo de investimentos económicos de privados e não de uma directa e genuína preocupação com a nossa memória colectiva por parte das entidades públicas que têm como função a sua salvaguarda. A classificação do património está nestes casos instrumentalizada em função dos objectivos turísticos. Mas talvez seja este um dos caminhos que hoje se abre: o da obrigação e da responsabilização dos privados pelo seu património. É claro que o interesse turístico ao surgir como motor também é reconhecido como prioritário.